

Reflexão sobre a Europa, ano 2010

MIGUEL REAL*

PALAVRAS-CHAVE: Europa, Espírito da Europa, História da Europa, Cultura da Europa, Decadência da Europa.

KEYWORDS: Europe, the Spirit of Europe, European History, European Culture, European Decadence.

Mais do que um continente geográfico, a Europa é, hoje, um estado de espírito gerado nas suas entranhas ao longo de cerca de três mil anos, amassado a sangue, a fogo e a felicidade, generalizado pela totalidade do mundo numa fúria devastadora de religiões, tradições, línguas, culturas e costumes locais, nivelando os continentes segundo a luz da propriedade privada e da racionalidade economicista.

Deve a Europa respeitar e orgulhar-se dos seus feitos passados:

- Primeiro, de *criadora* dos valores que se encontram na base permanente do Humanismo, da defesa da liberdade e dos direitos humanos e ambientais;
- Segundo, de *mediadora* entre continentes, culturas e religiões, criando o actual arquipélago de continentes a que chamamos Terra;
- Terceiro, de *instauradora* de uma nova ordem no mundo, uma ordem racional e mercantil, a primeira ordem global, de tendência humanista, socorrido do espírito missionário da religião cristã.

No entanto, a Europa não deve orgulhar-se nem deve venerar os meios utilizados (a guerra, o genocídio, a substituição violenta de culturas e religiões, a criação da escravatura industrializada, a rapina dos recursos naturais, a destruição de *habitats* ecológicos). Por estes motivos, tão positivos quanto negativos, deu-se à ordem mundial assim instaurada, de que Portugal foi cabeça e motor,

* Escritor, ensaísta e professor de Filosofia. Mestre em Estudos Portugueses. Membro do Centro de Literaturas e Culturas Europeias e Lusófonas da Faculdade de Letras de Lisboa – CLEPUL.

o nome de «ocidentalização do mundo», radicalmente diferente da actual globalização; a «globalização» ibérica possuía uma tendência espiritual e humanista, inclinada a salvar o outro, o bárbaro, o pagão, o incrêdo, o ímpio, o gentio, o não-civilizado; a segunda, possui um explícito carácter materialista, desprovido de qualquer laivo de transcendência.

De facto, que espírito é esse que, mais do que em foro privado e íntimo, se centra recorrentemente no espaço público e que presta contorno de figura relevante à Europa, simultaneamente que lhe faz pulsar acelerado o coração? Que *forma mentis* é essa que forçou Ulisses a penar uma viagem de dez anos e Xenófanos de Cólofon a clamar que se os bois adorassem deuses estes teriam necessariamente cornos? Que sopro da consciência é esse que forçou Antígona, uma mulher, a revoltar-se contra o Estado, que a proibia de enterrar o corpo defunto do irmão? Que ânimo vital é esse que fez nascer o Homem da revolta contra os deuses (Prometeu), roubando-lhe o fogo do pensamento (a razão) ou recebendo destes o fruto do conhecimento (Eva e Adão)?

Esse *quid* que fez e faz a Europa, e tão integral e puro não existe em outro continente, consiste no puro nada sem conteúdo nem forma que dá pelo nome de inquietação, de frenesi de conhecimento, de desejo de saber, de questionamento, de substituição da certeza pela dúvida, da resposta definitiva pela pergunta anómala, por vezes e aparentemente sem sentido, da substituição da aceitação crédula pela crítica demolidora. Numa palavra, pela realização do sentimento que os filósofos designam por «espanto», a capacidade de assombramento pela existência das coisas, assim mesmo como são e estão e por que não são e estão de outro modo, ou, numa frase lapidar, escrita por Leibniz há trezentos anos, «Porque existe o ser e não o nada?».

Numa palavra sintética, a Europa é o lugar da formação do saber gerado como resposta (sempre inconclusiva) a esse espanto:

- a. O lugar da filosofia (a interrogação fundamental);
- b. O lugar da ciência pura (desinteressada, o porquê das coisas individuais, elevadas a objecto de conhecimento racional);
- c. O lugar da poesia (a projecção lírica ou trágica do sentimento do espanto);
- d. O lugar do romance (a projecção da aventura de uma consciência em processo de descoberta e conhecimento concretos);
- e. O lugar do ensaio (a projecção da aventura de uma consciência em processo de descoberta e conhecimento abstractos);
- f. O lugar da arte (a cristalização do sentimento de espanto em papel, tela, som, cores, formas da realidade).

Neste sentido, a Europa é o continente do inútil, do que não é absolutamente necessário para a sobrevivência humana, do supérfluo, do gratuito, do vão, isto é, da filosofia, da ciência pura (desinteressada de efeitos materiais), da poesia, do romance, do ensaio e da arte, que, sistematizados em configurações técnicas conjunturais, classificados, dispostos em correntes, logo sofrem de decadência, substituídos por outras filosofias, outras teorias científicas, outras formas de poesia, romance e arte.

Porventura melhor do que todas as outras, a forma do ensaio define a *forma mentis* da Europa – pensamento crítico descomprometido que avança tacteando pontos de apoio, atingindo instáveis certezas, logo traduzidas em incertezas, mas visíveis e sólidas plataformas para novas buscas, que de imediato se transfiguram em outras tantas dúvidas, algumas logo negadas, outras reafirmadas com grau rijo de ambiguidade, até se atingir uma certeza mais firme que todas as restantes, que, com algum grau de convicção, declaramos ser a verdade. A Europa é o único continente que sabe, hoje, que a verdade consiste na forma provisória da não-verdade.

A Europa, transformando os continentes em ilhas de um grande arquipélago chamado Terra, provou o sabor da cultura nómada da viagem, interiorizando-a na sua mentalidade social. Por isso, sabe que o nomadismo, hoje desprovido de transcendência paradisíaca, constitui a forma por que o espanto da existência melhor concretiza geográfica e politicamente a natureza errática do homem. Hoje, três mil anos depois de Moisés e Homero, a Europa sabe que o Paraíso, a Terra Prometida, não constitui um ponto de chegada, mas o motor ético que força o homem a partir. O Paraíso tornou-se o cais de partida de todo o homem aventureiro, isto é, ensaísta, isto é, europeu. Esta a grande, grande diferença entre a Europa e os restantes continentes. A Europa já viajou pela Terra inteira, verdadeiramente criou a actual representação da Terra, e já regressou a casa; os outros continentes, sobretudo o Americano (que faz da viagem uma epopeia espacial) e o Africano (que, infelizmente, por culpas de que não nos são de todo alheias, transformou o nomadismo da viagem em naufrágio) ainda se encontram em viagem.

O nomadismo da viagem encontra-se para a procura da casa sedentária do homem como a filosofia, a ciência pura, a poesia, o romance, a arte e o ensaio para a verdade – todos estes elementos da configuração do saber ocidental buscam resposta às perguntas principais e essenciais sabendo que a resposta (a verdade, a viagem) está no caminho labiríntico por ela própria formado. A verdade não reside no processo e no seu resultado, menos no fim da jornada, mas no espírito nómada do caminho. Daí com tanta força ressoar no espírito

européu os versos de António Machado, «Caminhante, não há caminho / O caminho se faz a andar...».

O espírito da Europa, mais do que o continente do útil, do interesse, do feito definitivo e cristalizado, do sedentarismo, identifica-se com o que de mais volúvel, instável, inconstante, imaterial, aéreo, espiritual, inútil e transcendente existe – a Cultura. Com efeito, a Europa é o continente da cultura.

Não possuirão, no entanto, todos os continentes a sua cultura própria, recorte do seu rosto para os restantes? Claro. Porém, no que se relaciona com a Europa, não nos referimos a uma cultura que se traduza em práticas litúrgicas religiosas, em rituais consuetudinários, em costumes tradicionais, em hábitos civilizacionais, expressão comum de mentalidades antropológicas diversas. Referimo-nos à chamada Grande Cultura, àquela que alegadamente fez do animal bípede homínide um verdadeiro e legítimo homem, isto é, a cultura que transfigura a espécie humana em Humanidade, recortando-a, não de atavios circunstanciais, temporais e geográficos, mas da face eterna do pensar e fazer humanos.

A Grande Cultura não é própria deste ou daquele homem, mas de todo o homem – constitui-se no campo das criações da filosofia, da ciência pura, da poesia, do romance, do ensaio e da arte, isto é, do que de mais inútil mas belo e majestático existe no homem, transformando um rude camponês da Alsácia ou da Baviera, defensor do seu terrunho e dos seus animais, num verdadeiro homem universal. A Europa é, de facto, o continente que transformou o animal homem no homem humano, aquele que chora ao ouvir Bach, se comove ao ver as telas de Rembrandt, que possui consciência da sua inconsútil diferença antropológica quando admira o veleiro Vasa em Estocolmo ou lê um romance a narrar a aventura de Vasco da Gama ou Cristóvão Colombo, sorri matreiramente ao ler os *Ensaio*s de Montaigne e ao apreciar o cepticismo de David Hume e Kant ou os admiráveis cálculos de Galileu, Newton e Einstein, se revolta ao ter conhecimento de mais um genocídio em África e sente remorso pelos seis milhões de judeus assassinados durante a II Guerra Mundial. A Grande Cultura é aquela que dispensa o âmagô das certezas da religião, qualquer religião, sem abandonar a experiência iniludível e fantástica do sagrado – e só a Europa do século XX, depois de Nietzsche, Marx, Dostoiévsky e Freud, cometeu a arte do supremo nomadismo mental que consistiu na destruição da religião cristã sem a substituir por novo conjunto de dogmas, vogando indeterminadamente no indefinido, no incerto, sem norte definido nem bússola orientadora, substituindo a apoditicidade de Deus pela experiência sagrada individual da arte (a poesia, a música), do conhecimento (a ciência), da inevitável procura

sem quê nem porquê (o ensaio e a filosofia). Desde que se despiu da batina da teologia, a Europa estatuiu-se como o continente da eterna viagem errante, conhecedora do ponto de partida, mas desconhecedora tanto do itinerário futuro quanto do ponto de chegada. Daí a Europa ter sido o palco bárbaro e desorientado de duas guerras mundiais, mas daí também ter sido o palco da Carta dos Direitos do Homem, dos Direitos da Criança, da libertação sexual, da independência da mulher; daí – desta desorientação de quem navega em alto mar sem o socorro das estrelas de Deus nem o abrigo do farol de uma Igreja institucionalizada – ter sido uma franja da Europa (os Balcãs) palco das mais violentas chacinhas, mas também palco do mais avançado acelerador de partículas (CERN) capaz de reproduzir o instante da criação. Nem anjo branco nem anjo negro, nem deus nem demônio, o europeu tem sido exclusivamente Homem, homem de uma humanidade humana, nem divina nem bestífera. Neste plano – o da humanidade do homem – reside o mais difícil sustento: não se supor como as estrelas no céu nem como os vermes da terra, ser apenas intermédio e intermediário entre o que existiu antes e o que vem depois.

Dito de outro modo, nunca a humanidade do homem tão alto se elevou quanto na Europa, o genuíno e autêntico continente da única *forma mentis* que abarca a totalidade da humanidade – o Humanismo, pensamento que abarca simultaneamente o Belo e o Horrendo, o Bem e o Mal, a Justiça e a Injustiça, a Magnanimidade e a Avareza, a Paz e a Guerra, a Generosidade e a Ganância. Não se diferencia a Europa devido à majestade dos segundos termos dos pares, existentes em predomínio nos restantes continentes, antes e depois da passagem do espírito da Europa pelo seu território, mas pelos primeiros, continente criador da democracia – lugar político por excelência da inquietação –, do conceito de Humanidade, do primado da Lei Universal, do princípio da tolerância e dos direitos sociais.

Com efeito, a Europa contribuiu para o mundo com a criação de um decálogo civilizacional, que a singulariza enquanto continente geográfico e cultura universal.

1. Na Grécia, instituiu o primado da Cidade sobre a Horda e a Tribo;
2. Em Roma, instituiu o primado do Direito sobre a Tradição;
3. Com o Cristianismo, instituiu o primado da Ética sobre o Interesse;
4. Com as culturas greco-romana e cristã, instituiu o primado da Razão sobre o Mito e a Magia, distinguindo com certeza analítica o sagrado imanente (magia e mito) do transcendente (religião);
5. Com Portugal e a Espanha, procedeu à criação do mundo planetário tal como o conhecemos;

6. No Renascimento, instituiu o primado da separação entre o Estado e a Sociedade;
7. Igualmente no Renascimento, impulsionada pela Reforma, instituiu a separação entre o Estado e a Religião;
8. Com a França moderna, instituiu a identificação entre o Indivíduo e o Colectivo por via da manifestação do voto;
9. Na Grécia clássica e na Inglaterra e França modernas, procedeu-se à criação do Sistema Democrático;
10. Por via da Inglaterra, procedeu-se à Industrialização do mundo.

Nenhum outro continente pode apresentar tão alto sistema de valores e realizações operado para o bem e o progresso humanístico da humanidade no seu conjunto. A Europa foi um dos continentes que mais acrescentou Beleza e Conhecimento à humanidade. Os valores culturais asiáticos e árabes, em larga medida centrados na espiritualidade e na religião, e africanos e ameríndios, centrados no tribalismo, estatuem-se como menores (e, até, por vezes insignificantes) para a totalidade do mundo se comparados com a criação política, filosófica, religiosa, estética, científica, social e económica europeia.

Neste sentido, o homem europeu sabe-se hoje dividido entre dois mundos, o que abandonou após os tempos áureos do império mundial, e o que, frustradamente, não alcançou, sonho que sonhou e de que se sente violentamente espoliado pelo seu irmão, senão filho, americano. Do mesmo modo, o europeu sabe-se dividido entre duas formas de poder, a dos desprotegidos do Hemisfério Sul, de cuja rapinagem se sente culpado, contribuindo generosamente para o esbatimento das suas maleitas, e a atracção pela soberania imperial dos EUA, que, como outrora o fizera a Europa, usa inocentemente (como um direito seu) o mundo como o seu quintal das traseiras (presidente Bush), e, por vezes, com idêntica inocência (presidente Obama), tenta transformar o quintal num jardim.

Deste modo, se o passado que o cidadão europeu carrega às costas é de alto luxo, o presente, porém, divide a sua consciência entre o apelo a remediar o mal que no passado cometeu a povos estranhos (não raro esquecendo o bem que lhes fez) e a invejar ou, pelo menos, a emular, o alto poder dos EUA. Neste sentido, recusando sentir-se orgulhoso pelo seu passado (mais do que orgulhoso, altamente honrado pelo seu passado), o cidadão europeu é assaltado hoje por uma consciência infeliz, tragicamente dividida entre saber-se menos do que poderia ser (e que no passado foi) e saber-se condenado a permanecer por largo tempo impotente e incapaz de ser o que deveria historicamente ser (porque historicamente o foi durante três mil anos). É este actualmente o húmus

da consciência europeia – o da impotência, o da incapacidade, ou, em palavras positivas, o da debilidade, da fragilidade e da fraqueza históricas.

O continente criador da História sente-se hoje ferido pela mesma História, habitando o lugar vazio dos povos débeis, isto é, dos povos vencidos. Pela primeira vez em três mil anos, a Europa habita o panteão dos povos e territórios que não fazem História, antes a contemplam, vendo-a passar ao longe, a Oeste e a Este. Com efeito, o homem europeu, dos últimos trinta, quarenta anos, tornou-se um cidadão de tipo muito especial, socialmente desenraizado de valores que perfizeram historicamente o seu país, a sua língua, a sua religião, politicamente desinteressado (sem motivação pela actividade política, mas economicamente confortado com a relativamente alta qualidade de vida).

O europeu hoje, nos seus traços gerais, caracteriza-se por:

1. Ter substituído a inquietação do pensamento pelo privilégio do corpo, ou, dito de outro modo, pelo usufruto do prazer do corpo – a sua filosofia moral, prática, reside no hedonismo e o seu horizonte social no materialismo e no consumismo: casa, carro, trabalho, férias, constituem o universo essencial, a que acresce algum «circo» fornecido pela televisão ou assistido no estádio de futebol;
2. Não possuir certezas sólidas sobre nada que ultrapasse a dimensão pessoal do prazer e do conforto da sua família – é um cidadão mentalmente relativista, comprometido num mundo artificial e múltiplo de opiniões, mutáveis no tempo e no espaço, que o consolam mentalmente, presumindo-se interveniente activo num regime político que designa por «democracia». Presume intervir, mas, verdadeiramente, obedece a modas sociais e políticas regidas pela comunicação social. São justamente estas modas inconstantes e provisórias que lhe prestam a ilusão de uma activa e profícua participação política;
3. Em consequência, assentar todo o seu pensamento e toda a sua acção num sistema de verdades relativas cuja unidade designa por «inter ou multiculturalismo», segundo o qual todas as crenças são consideradas legítimas e verdadeiras desde que sustentadas na tradição cultural ou étnica. O único limite aceite ao multiculturalismo reside na expressa violência do acordado na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Desprovido de uma educação para os valores, para a espiritualidade, para a aceitação de uma transcendência superior ao individualismo e à massa, o homem europeu deixou de sonhar para além da cumeeira da sua casa, construindo uma consciência sincrética, não unificada numa escala axiológica de base ética ou

moral, na qual todos os valores são aceites no interior de uma individualidade e uma privacidade entendidas como soberanas.

Assim, nenhuma forma de vida é criticada ou asperamente excluída da cidade. Na Europa, hoje, o espírito nómada da aventura e da viagem tornou-se um modismo experimental, uma ânsia da novidade, do exótico, do insólito, do selvagem, do fantástico, num imoral cruzamento entre pornografia e misticismo, como a arte e, dentro desta, a literatura de mercado bem revela.

O alto valor concedido aos novos costumes que têm por centro o corpo, erotizando a sociedade; a lei da interrupção voluntária da gravidez, secularizando a vida como um valor de mercado; a simplificação de casamentos e divórcios, dessacralizando-os; as previsíveis leis futuras sobre a eutanásia e o suicídio assistido; o previsível futuro contrato de casamento a termo certo, anulável ou renovável; a manipulação genética de carácter eugenista, socialmente consentida, extirpando deficiências físicas e mentais; o ecrã da televisão permanentemente habitado por um alto grau de violência ou de imbecilidade, fazendo pé de chinelo da inteligência; o privilégio concedido a tudo o que se relaciona com a economia, sacralizando o orçamento de Estado em detrimento do bem-estar das populações; a abolição de feriados nacionais com conotação religiosa; a mercantilização das festas religiosas (Natal, Quaresma, Páscoa); o primado da superstição sobre o sentimento de sagrado, como o santuário de Fátima o revela; uma incessante busca de prazer e de felicidade individuais sustentados em exclusividade no bem-estar do corpo; a progressiva e aceleradíssima informatização electrónica da sociedade por via de uma ideologia sem rosto nem personalidade, assente exclusivamente no controle e na segurança; a funda queda demográfica anunciada para meados deste século, provam a existência de uma profundíssima descristianização da Europa, de efeitos absolutamente imprevisíveis na criação de uma sociedade futura desprovida de éticas espirituais assentes em valores humanistas, porventura obediente a um totalitarismo tecnocrático e informático, no qual os portugueses e os europeus abdicarão da sua liberdade em nome da segurança e da abastança – isto é, para terem água na torneira das suas casas, abdicarão da sua liberdade ética e ontológica. Desde a II Guerra Mundial, o aparelho de Estado, privilegiando exclusivamente um sector da sociedade – a economia –, desprezando os valores morais e espirituais próprios da cultura europeia, tem gerado na mente dos europeus uma representação parcial de si próprios, que, incapaz de se elevar à unidade de uma ideologia estruturada e consolidada, se caracteriza pela passividade cívica, compensada por uma hipervalorização do individualismo, assente na fórmula amoral do «salve-se quem puder».

Mistura de complexo de superioridade com um arreigado individualismo americano, o projecto político europeu caracteriza-se hoje, nos começos do século XXI, pela exaltação unidimensional do homem técnico, o homem-eficiente, o homem-contabilista, o homem-robótico, desprovido de consciência histórica global, funcionando exclusivamente segundo o duplo horizonte de raciocínios técnicos quantitativos e consequentes objectivos. Não são políticos os nossos governantes de hoje, mas técnicos, robots substituíveis uns pelos outros, possuindo o mesmo vocabulário, aplicando invariavelmente o argumentário da eficiência de custos e proveitos, totalmente desacompanhados de uma dimensão cultural e espiritual para a sociedade. O multiculturalismo cria o cepticismo face à soberana predominância de uns valores sobre outros, e este (o cepticismo) a aceitação social generalizada de que o homem é um ser doente, habitáculo do mal, roído pelos instintos animalescos do corpo, como o sexo, cuja preponderância social é hoje imperialística. O multiculturalismo, sem a imposição rígida de uma escala de valores, cria e generaliza o cepticismo social e este a indiferença ou o conformismo. O homem europeu de hoje crê que tudo está bem porque tudo está mal e tudo está mal porque tudo está bem, numa promiscuidade absoluta entre bem e mal.

Se, do ponto de vista individual e social, reina o cepticismo, forçando, não ao nomadismo aventureiro, pai dos valores europeus, mas a uma empírica navegação à vista, do ponto de vista histórico a Europa bloqueou-se, encontra-se organizacionalmente bloqueada, produzindo novos e sucessivos tratados institucionais, cada um mais falhado que o outro. Verdadeiramente, o Tratado de Roma, a constituição da Comunidade Económica Europeia, posteriormente Comunidade Europeia, e a criação do euro corresponderam a legítimas e verdadeiras respostas da Europa para suprir o vanguardismo tecnológico perdido. Mesmo estagnada em tempo longo, embora muito agitada em tempo curto, o peso das exportações europeias no mundo corresponde a 40% do comércio mundial, ainda que este número seja relativamente falacioso, já que as exportações–importações são realizadas em grande percentagem entre os próprios países membros da Comunidade Europeia ou, como os economistas costumam dizer, troca-se um Renault francês por um Mercedes alemão ou um Fiat italiano por um Morris inglês.

Afinal, que Revolução falhou a Europa, que a projectou na decadência? A Europa falhou a revolução tecnológica, electrónica e informática da segunda metade do século XX, falhou a criação de condições económico-sociais possibilitadoras da emergência de uma revolução no seu modo de ser e de estar facultada pela medicina genética, pela nanotecnologia, pela generalização social

das conquistas das indústrias aeroespaciais, pela vida ritmada pelas aplicações da informática – o computador, a Internet, as redes sociais, a televisão por cabo, as comunicações por satélite, a informatização de todos os sectores da sociedade, desde o caixa do supermercado à planificação de uma empresa, uma escola, um tribunal, uma prisão, isto é, falhou na criação de uma sociedade dependente em 100% da electrónica e da informática, que os europeus consomem, sem terem dela criado o essencial.

Porém, esta terceira revolução está longe de ter terminado, como, inclusivamente a sua progressiva celeridade, torna-nos incapazes de imaginar o futuro a não ser que este anuncie, com previsibilidade segura, uma transformação radical nas antigas concepções de religião, família, de vida, de morte, de organização do trabalho, de urbanismo...

Não deve a esperança abandonar a possibilidade de uma futura ressurreição europeia. Com efeito, no ano 1000, nada auguraria ser a Europa o continente que mais se destacaria no milénio seguinte. Confrontadas as culturas, esse papel caberia sobretudo ao Próximo Oriente, que se encontrava em fortíssima expansão para a África, a Ásia e a Europa. O que permitiu que ultrapassássemos a civilização muçulmana e nos tornássemos cabeça do mundo residiu em três fortíssimas revoluções:

1. A revolução laica que desencadeou a separação entre a religião e o Estado, que se inicia por toda a Europa no século XVI e se cristaliza, culturalmente falando, no livro *O Príncipe*, de Maquiavel, e no *Leviatão*, de Thomas Hobbes;
2. A revolução científica dos séculos XVI e XVII que se generaliza por toda a Europa (Bacon, Galileu, Copérnico, Kepler, Pascal, Newton, Leibniz, Lavoisier...);
3. A revolução política instauradora da democracia como sistema de representação de soberania e do voto como expressão da vontade da maioria: a Revolução Francesa de 1789.

Todos estes movimentos sociais, de fortíssimo carácter ruptural, foram criados a partir de uma igualmente fortíssima concorrência bélica (guerras sangrentas) entre os povos, nações e estados europeus, bem como de um não menor acto de rapinagem das riquezas humanas (escravatura) e naturais (exploração das matérias-primas) dos continentes não-europeus. Amassada pela guerra, na expansão do território próprio, e por uma sede de domínio imperialístico sobre a vontade dos restantes continentes, a Europa tem experimentado contínuas hegemonias monopolares, que findaram, bárbara e catastroficamente na

II Guerra Mundial. Existe, assim, provado historicamente, um fundo de cupidez individual e colectiva na história da Europa que a torna tanto mais rica quando mais as suas mãos se encontram manchadas de sangue. Não é inabitual – antes pelo contrário – que os historiadores liguem a existência de comboios de navios carregados de prata de Potossi (civilização Inca) nos cais da Europa tanto com a emergência do império espanhol de Carlos V quanto com a prosperidade que a Europa foi conhecendo a partir de então. Com efeito, o que de melhor a humanidade criou até hoje, no sentido universal, foi criado, concebido, sonhado e/ou realizado na Europa, mas o que de pior a Humanidade conheceu até hoje foi igualmente criado, concebido e realizado na e/ou pela Europa.

Se pudéssemos apontar um conceito, um sentimento, uma noção, uma ideia que sintetizasse o ardoroso combate de elites e povos europeus ao longo de toda a Idade Moderna, esse seria, sem dúvida, o da Liberdade. Apenas esta palavra dá sentido (mesmo que ilusório) à cisão da Igreja Protestante face à Católica, à transformação das monarquias em repúblicas, à generalização do ensino e do livro entre grupos sociais não nobres e não eclesiásticos, ao desejo de pesquisa, à descoberta da vida animal e vegetal, à busca de invenções de imediata aplicação social. A Liberdade sob o império da Lei resume, assim, 3.000 anos de existência da Europa. E só com esta – a Liberdade – e com o espírito crítico nómada europeu poderemos contar para resgatar a Europa de uma aparentemente inevitável decadência.

Bibliografia

- AA.VV. (1992), *Portugal e a Europa – Séculos XVII a XX*, Lisboa, ed. Comissão Portuguesa da História Militar.
- AA.VV. (2012), FRANCO, José Eduardo, CALAFATE, Pedro (coords.), *A Europa Segundo Portugal*, Lisboa, Gradiva.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio (1986), «Sobre o papel de Portugal nas etapas preliminares da revolução científica do século XVII», sep. *História e Desenvolvimento das Ciências em Portugal*, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, vol. II.
- (2001), «Identidade nacional – algumas achegas ao debate português», *Semear. Revista da Cátedra Padre António Vieira de Estudos Portugueses*, n.º 5, Rio de Janeiro, pp. 151-165.
- (2002), *National Identity – a Revisitation of the Portuguese Debate*, Maymooth, National University of Ireland.

- ANTUNES, Padre Manuel (1972), *Indicadores de Civilização. Grandes Derivas da História Contemporânea. Logos e Praxis*, Lisboa, Editorial Verbo.
- (1974), *Repensar Portugal*, Lisboa, Multinova.
- BORGES, Paulo (1999), *Do Finistérreo Pensar*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- (2002), *Pensamento Atlântico*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- (2010), «Manifesto “Refundar Portugal”/Outro Portugal», in: *Uma Visão Armilar do Mundo. A Vocação Universal de Portugal em Luís de Camões, Padre António Vieira, Teixeira, de Pascoaes, Fernando Pessoa e Agostinho da Silva*, Lisboa, Editora Verbo.
- CALAFATE, Pedro / CARDOSO, José Luís (dir. e org.) (2006), *Portugal como Problema*, 6 vols., Lisboa, Fundação Luso-Americana/Jornal Público.
- CARMELO, Luís (1996), *Sob o Rosto da Europa. Ensaio de Semiótica da Cultura: Antologia de Textos sobre o Sul*, Évora, Pendor.
- CLEMENTE, D. Manuel (2008), *Portugal e os Portugueses*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- CORTESÃO, Jaime (1965), *O Humanismo Universalista dos Portugueses*, Obras Completas, vol. VI, Lisboa, Portugália Editora.
- COSTA, Dalila Pereira da (1978), *A Nau e o Graal*, Porto, Lello & Irmão.
- (1984), *Da Serpente à Imaculada*, Porto, Lello & Irmão.
- EPIFÂNIO, Renato (2010), *Via Lusófona. Um Novo Horizonte para Portugal*, Sintra, Zéfiro Editora.
- FRANCO, José Eduardo (2006), *O Mito dos Jesuítas*, 2 vols., Lisboa, Gradiva.
- GANDRA, Manuel Joaquim (1997), *Da Face Oculta do Rosto da Europa. Prolegómenos a uma História Mítica de Portugal*, Lisboa, Hugin.
- GIL, José (2004), *Portugal Hoje. O Medo de Existir*, Lisboa, Relógio d'Água.
- GOMES, Pinharanda (2011), *A Alma Cristã da Europa*, Lisboa, Fundação Lusíada.
- LEONE, Carlos (2007), *Portugal Extemporâneo*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MACEDO, Jorge Borges de (1988), *Portugal—Europa. Para Além da Circunstância*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- (1999), *Portugal. Um Destino Histórico*, Lisboa, Academia Portuguesa de História.
- (2006), *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força*, Lisboa, Tribuna.
- LOURENÇO, Eduardo (1978), *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

- (1984), *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- (1994), *A Europa Desencantada*, Lisboa, Ed. Visão.
- MARTINS, Guilherme d'Oliveira (1993), *O Enigma Europeu. Ensaios e Reflexões*, Lisboa, Gradiva.
- (2007), *Portugal. Identidade e Diferença*, Lisboa, Gradiva.
- (2009), *Património, Herança e Memória. A Cultura como Criação*, Lisboa, Gradiva.
- MOREIRA, Adriano (2011), *Da Utopia à Fronteira da Pobreza*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MATTOSO, José (1998), *Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva / Fundação Mário Soares.
- PIRES, Francisco Lucas (1995), *Portugal e o Futuro da União Europeia*, Lisboa, Difusão Cultural.
- SALAZAR, Oliveira (1935), *Discursos, 1928 – 1934*, Coimbra, Coimbra Editora.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2002), *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Ed. Afrontamento, 1ª ed.: 1994.
- (2011), *Portugal. Ensaio contra a Autoflagelação*, Coimbra, Almedina.
- SANTOS, Octávio dos / LOPES, Luís Ferreira (2006), *Os Novos Descobrimentos – Do Império à CPLP: Ensaios sobre História, Política, Economia e Cultura Lusófonas*, Coimbra, Almedina.
- SARAIVA, António José (1994), *A Cultura em Portugal. Livro I. Teoria e História, Introdução Geral à Cultura Portuguesa*, Lisboa, Ed. Gradiva.
- et al. (1997), «Raiz & Utopia», *Raiz & Utopia*, nº 1, p. 5-8.
- SÉRGIO, António (1984), *Educação Cívica*, Lisboa, ed. Min. Educação.
- SILVA, Agostinho da (1960), *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa*, Lisboa, Guimarães Editores.
- (1994), *Ir à Índia sem Abandonar Portugal. Considerações. Outros Textos*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- SILVA, Ana Cristina Nogueira da / HESPANHA, António Manuel (1993), «A Identidade Portuguesa», in: Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Estampa.
- SOROMENHO-MARQUES, Viriato (1985), *Europa, O Risco do Futuro*, Lisboa D. Quixote.
- (1993), *Europa, Labirinto ou Casa Comum*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- (2005), *Metamorfoses. Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

TEIXEIRA, António Braz (2001), *Formas e Percursos da Razão Atlântica: Estudos de Filosofia Luso-Brasileira*, Londrina, Editora da Universidade Estadual de Londrina.

— (2008), *Conceitos e Formas da Democracia em Portugal*, Lisboa, Sílabo.

RESUMO: Reflexão sobre as características constitutivas da identidade europeia, seja historicamente, seja filosoficamente. Continente da «inquietação universal», criadora da chamada «Grande Cultura», a Europa apresenta actualmente, após a II Guerra Mundial, sintomas de profunda fragilidade, mesmo de decadência, face a sociedades tecnológica e cientificamente mais avançadas, como os Estados Unidos da América. Restará hoje à Europa apenas a defesa dos Direitos Humanos e dos Direitos Ambientais?

ABSTRACT: A reflection on the intrinsic characteristics of European identity, whether they are historical or philosophical. After World War II, Europe, the continent of “universal anxiety” and creator of “Great Culture”, is currently experiencing a few symptoms of profound fragility – even of decadence – as it attempts to cope with more technologically and scientifically advanced societies such as the United States of America. Are Human Rights and Environmentalism the only issues of today left for Europe to defend?